

AS PRÉ-CONDIÇÕES DA SOJA NO CERRADO MATO-GROSSENSE, NA ABORDAGEM SOBRE RONDONÓPOLIS

SOYBEAN PRE-CONDITIONS IN MATO-GROSSO CERRADO
(BRAZILIAN SAVANNA) IN APPROACH OF RONDONÓPOLIS

CONDICIONES PREVIAS DE LA SOJA EN CERRADO
MATOGROSSENSE EN ENFOQUE ACERCA RONDONÓPOLIS

Elias da Silva¹

RESUMO: O estudo das pré-condições da soja no cerrado mato-grossense exige que façamos a revisitação do processo de produção territorial referente à cidade, campo e às redes, elementos estes merecedores de atenção, sobretudo no que se refere à região de Rondonópolis, cujo período de referência é a década de 1970, quando se inicia o modelo econômico da soja, registrando a partir de então, sucessivos incrementos de ordem socioespacial nas organizações infraestruturais e institucionais atrelados às características desse marco histórico. Como pressuposto básico, considera-se que a partir deste período, com a divisão política do Mato Grosso, a cidade de Rondonópolis e sua região foram posicionadas em lugar de destaque, passando a ser a porta de entrada para o Mato Grosso. Em âmbito estadual, este período marcou a reestruturação territorial e urbana no Mato Grosso as quais, aqui definimos como pré-condições para a soja no novo período marcado pela modernização agrária.

Palavras-chave: Território. Rede. Rondonópolis. Soja.

ABSTRACT: The study of the soybean pre-conditions in Mato Grosso's Cerrado demands us to revisit the territorial production process related to the city, countryside and networks, aspects that require awareness, especially in regard to the region of Rondonópolis, whose period of reference is the 1970s, when the economic model of soy began, being registered from then on successive improvements on the socio-spatial order in infrastructural and institutional organisations linked to the characteristics of this historic landmark. As a

¹ Professor Associado da Universidade Federal do Norte do Tocantins e membro efetivo do Programa de Pós-graduação em cultura e território pela mesma Universidade. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4931-6746>. E-mail: esilvageo@uft.edu.br.

Artigo recebido em setembro de 2021 e aceito para publicação em fevereiro de 2022.

basic assumption, it is considered that from this period, with the political division of Mato Grosso, the city of Rondonópolis and its region were positioned in a prominent place, becoming the gateway to Mato Grosso. At the state level, this period marked the territorial and urban restructuring in Mato Grosso, which we define here as pre-conditions for soy in the new period marked by the agrarian modernisation.

Keywords: Territory, network, Rondonópolis, soybean.

RESUMEN: El estudio de las precondiciones de la soja en el Cerrado de Mato Grosso nos exige revisar el proceso de producción territorial relacionado con la ciudad, el campo y las redes, aspectos que requieren conciencia, especialmente en lo que respecta a la región de Rondonópolis, cuyo período de referencia es la década de 1970. , cuando comenzó el modelo económico de la soja, registrándose a partir de entonces sucesivas mejoras en el orden socioespacial en las organizaciones infraestructurales e institucionales relacionadas a las características de este hito histórico. Como supuesto básico, se considera que, a partir de este período, con la división política de Mato Grosso, la ciudad de Rondonópolis y su región se posicionaron en un lugar destacado, convirtiéndose en la puerta de entrada a Mato Grosso. A nivel estatal, este período marcó la reestructuración territorial y urbana en Mato Grosso, que aquí definimos como condiciones previas para la soja en el nuevo período marcado por la modernización agraria.

Palabras clave: Territorio. Red, Rondonópolis. Soja.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa o papel da cidade de Rondonópolis no processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense, particularmente no sudeste do estado, onde se verifica seu estágio mais consolidado buscando a diversificação produtiva na estruturação do seu complexo. O processo deve ser focado, fundamentalmente, a partir do período em que são criadas as pré-condições para a soja, sucessivamente, sua introdução, consolidação e diversificação, associando, ao longo deste, atribuições fundamentais a esta cidade.

O estudo do processo de modernização agrária do cerrado mato-grossense, com base na importância de Rondonópolis, exige compreendermos os desdobramentos políticos e territoriais e econômicos registrados, sobretudo, a partir da década de 1970, no âmbito do Mato Grosso, do Brasil e do mundo. Temos como pressupostos as pré-condições da soja estabelecidas no âmbito das políticas econômicas criadas pelo governo federal num período, cujo auge tem a sua delimitação nas décadas de 1960-1980, uma vez que estas compõem o período mais amplo que ficou conhecido como “modernização conservadora” marcada pelo intervencionismo estatal brasileiro (COSTA, 1991; DINIZ FILHO, 1993;(MORAES, 2008). Associado a esses pressupostos gerais em âmbito do território nacional e da economia global (HARVEY, 1991), há outros básicos na escala

do território mato-grossense. Falamos do processo de divisão política, num momento em que havia o imperativo da necessidade de aumentar a produção econômica para atingir as metas da balança comercial externa brasileira.

Nossa hipótese maior é que qualquer espaço territorial que seja inserido na atual globalização, não pode prescindir da herança política, técnica econômica e cultural que, uma vez impressas em dado momento, responderão pelos sucessivos desdobramentos na estrutura socioespacial local.

Fechamos a introdução mencionando a estrutura do texto que está composta da introdução, contexto geral do Brasil no qual nosso enfoque teórico está inserido, as pré-condições da soja no cerrado mato-grossense privilegiando a região do entorno de Rondonópolis e a conclusão.

TERRITÓRIO E REDE NA RELAÇÃO CIDADE – CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A ideia de abstração/concreção, como nos coloca Moraes (2000), permite a operacionalização do concreto pelas imediações, por exemplo: o capitalismo em seu processo global necessita da mediação territorial estatal, como a porta de entrada às inovações da modernização em escalas de abrangência diferenciadas no tempo e no espaço. Na prática isso se traduz em: escala nacional brasileira, estadual mato-grossense e local Rondonópolis.

Para Moraes (2000), a questão da abstração e concreção permite-nos a construção correta de universais concretos. Nesse sentido, território, capitalismo, metrópoles, modernização, cidades, urbanização, são exemplos desses universais concretos que segundo este autor

(...) É o trânsito da universalidade abstrata para a singularidade concreta (...), adicionando-lhe marcos espaciais e temporais, (...) O ato de concreção consiste, enfim, numa agregação de dimensões da realidade na particularização de um processo ou situação singular (...).” (MORAES, 2000, p. 24).

Dessa forma, o autor considera que os eventos da produção, tanto no espaço como no tempo, devem ser entendidos no contexto da sociedade:

(...) o recorte a ser buscado (...) está circunscrito ao universo da vida social. (...) em suas manifestações empíricas, conforme demandam a abstração e o recorte ontológico devem expressar a dimensão espacial da totalidade social (...). (MORAES, 2000, p. 27).

Aroldo de Azevedo (1992) estuda a formação e distribuição das cidades no processo de produção territorial e urbanização do Brasil, desde o período colonial até o século XVIII, verifica esse processo no que chama de embriões: as feitorias, ou seja, as chamadas ‘cabeças de pontes’, sinal de posse do território; e os galpões para depósitos das

mercadorias de escambo como espelhos, vidrinhos, guizos de cascavéis, pentes, tesouras e/ou ferramentas em geral. As feitorias possuíam caráter militar, com a presença de uma ‘casa forte’ e um policiada caçara sob o comando de um capitão vigia. Considera que realmente a urbanização só se inicia depois da instalação do regime das capitanias, nas quais os donatários tinham o direito de implantar vilas possuindo termos de jurisdição, liberdade e insígnias de vilas, segundo a forma e costume do reino de Portugal.

É coerente afirmar, independente da expressão econômica, política e populacional alcançada pelo Brasil como colônia nesse período inicial, que a cidade é posta como espaço que satisfazia os ideais da modernidade capitalista, numa ainda colônia da metrópole portuguesa. Nesse sentido, sugere-se pensar os conceitos território, cidade e povoamento como processos indissociáveis da urbanização e da modernização cidade/ campo.

A configuração urbana do final do período seiscentista dá sinais claros do crescimento do fenômeno da urbanização. No século XVIII acontece o que o autor chama de “a obra de urbanização que alcança o interior”, implicando na intenção de alargar as fronteiras do país até à atual configuração, tornando as terras de possessão espanhola em terras de possessão portuguesa. Azevedo afirma que este é o primeiro grande momento de expansão das cidades e da urbanização brasileira com base na navegação fluvial, tendo os rios como as grandes vias de interiorização.

Vilas e cidades são criadas no oeste do Brasil, a exemplo de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá e Goiás Velho, tendo na mineração o elemento novo do processo de urbanização e de produção econômica. O fenômeno também incrementou as cidades com novas atividades de comércio, dando um novo caráter urbano, menos agrícola e mais comercial, o que também significou novos segmentos sociais urbanos como os comerciantes de pedras preciosas, ourives, ferreiros etc. Outro aspecto importante é a perda relativa de importância da zona litorânea urbana para o interior.

Podemos concluir nesta rápida abordagem de Aroldo de Azevedo que o processo de formação das cidades na formação territorial brasileira relaciona-se com a atribuição dada à cidade como base do processo de conquista e consolidação territorial.

Milton Santos (1993) contempla o fenômeno da urbanização sem se prender à periodização efetuada por Aroldo de Azevedo. Segundo este autor, é no período 1530 – 1720 que se cria e se configura no Brasil uma primeira rede urbana, com a inclusão da Amazônia; logo, um sistema urbano no sentido da expansão geopolítica do território nacional. Ele contempla a urbanização desde o século XIX a partir de São Paulo, que se configura no formato de um sistema urbano com a consolidação da ferrovia e da melhoria dos portos, permitindo maior fluidez do território dali em diante. Isso faz com que a base da industrialização seja atribuída ao sudeste brasileiro, concentrando-se em São Paulo.

A urbanização e industrialização são incrementadas com um novo surto a partir dos anos 1930 impulsionadas novamente pelo Estado com as mudanças ocorridas de caráter político e administrativo, especialmente no que se refere às obras de infraestrutura. De sorte que daí em diante o processo de urbanização e industrialização vai se dar de forma mais distribuída no território brasileiro. As cidades médias, incluindo as capitais dos estados,

serão a base da distribuição populacional e o crescimento do setor terciário e uma nova frente urbanizadora nas regiões Centro-Oeste e Norte, impulsionadas pelo adensamento da modernização agrária e do surgimento do complexo agroindustrial. A esse fenômeno é chamado de urbanização terciária, cujo ápice se dá a partir do pós-guerra.

Vale observar nesse contexto brasileiro a particularidade de Mato Grosso, sobretudo a partir da década de 1970, contemplada por Moreno (1993), a qual afirma que com o novo contexto da modernização iniciada pelo Estado na década de 1970, a ampliação da divisão político-territorial, da distribuição de terras e da ocupação populacional teve como resultado o surgimento de novos municípios:

(...) a partir da década de 70, 80 novos municípios, todos emancipados, sendo quase a metade resultante da colonização privada. (...) o estado contava apenas com 34 municípios. Termina a década de 1980 com 95 e inicia a década de 1990 com um total de 117 municípios (...). (MORENO, 1993, p. 310).

Na criação dos novos territórios já urbanizados pela força colonizadora da iniciativa privada sob os incentivos do Estado, a emergência da posse da terra fez surgir cidades como se imaginássemos a volta ao passado remoto do Brasil, com cidades que surgiram tanto em meio à selva ou da floresta, como no cerrado ainda por “desbravar” ou concomitante à sua mecanização como foi o caso de Primavera do Leste e Campo Verde.

(...) o acesso a terra, permitido a colonos ou trabalhadores do campo em geral, e a formação de verdadeiras cidades no meio da selva devem ser entendidos dentro da lógica contraditória do capital, como partes integrantes e necessárias a um único processo: o de construção capitalista do território. (MORENO, 1993, p. 310).

Podemos afirmar que o novo momento da modernização territorial e urbana significou a criação da (re) valorização territorial urbana em termos de Brasil e Mato Grosso, a qual registra, em Rondonópolis, sua trajetória específica, porém, não dissociada desse contexto geral brasileiro.

Júlio César Suzuki (2009), em “Modernização, Território e Relações Campo-Cidade: Uma outra leitura da modernização da agricultura”, numa perspectiva historiográfica, coloca como pressupostos básicos da modernização da agricultura a “reelaboração da base técnica bem como das relações de submissão do trabalho ao longo da história do homem”, (SUZUKI, 2007, p. 242). A asserção pressupõe a absolutização da propriedade privada e a produção da cidade capitalista, cujo processo, particularmente no Brasil, tem seu marco divisor, sobretudo, a partir da metade do século XIX, com as mudanças nas relações de produção e de trabalho.

Em outro texto de Suzuki (2007): “Campo e cidade no Brasil: Transformações socioespaciais e redefinidoras conceituação”, esse fenômeno não pode ser visto como resultado dos processos mais recentes da economia global, mas sim pode ser datado com base no momento de expansão da modernidade e do moderno da expansão ultramarina,

constituindo-se na materialização do processo colonizador. Essa afirmativa deve estar na base da discussão epistemológica da conceituação do termo cidade e campo, na contemporaneidade, em busca que dê conta de seus novos conteúdos e novas formas. Estes ficam ainda mais difíceis de serem explicados no contexto de constituição dos chamados complexos agroindustriais e, conseqüentemente, no entendimento entre o que se concebe como rural ou urbano, especialmente nas mudanças espaciais campo/cidade, a partir da década de 1990, com a expansão não só das atividades fabris, mas também dos serviços para o campo. Percebe-se a dificuldade de separação, dada a intensificação da agricultura capitalista de expansão e seus desdobramentos sobre as relações de produção e trabalho.

É preciso considerar a intrínseca e atualmente mais adensada relação cidade/campo para fugir das ambigüidades que o termo sugere, pois estas, como dimensões do território, interagem e se complementam em termos das práticas sociais mediadas pela urbanização, de forma que o campo contém a cidade e a cidade contém o campo, sobretudo nas áreas onde a valorização da terra tem sido acirrada pela moderna produção. Nesse sentido, há uma lógica contraditória ao observar a existência de segmentos marginais no conjunto da grande e moderna produção agroindustrial do sudeste de Mato Grosso, polarizado por Rondonópolis, visualizados, sobretudo, na periferia urbana nas formas de luta pelo direito à propriedade da terra.

Esse argumento tem respaldo na modernização agrária com base na modernização territorial do século XX, na continuidade do processo de preparação do território para o adensamento capitalista que teve início a partir do Estado Novo, e se consolidou no período 1960-1980. Na afirmação de Moraes (2008), o Estado brasileiro tem confirmado, na prática, o sentido do fortalecimento do Estado territorial para o capital, mais do que como Estado/nação, o que significa afirmar que nos diversos períodos da economia a elite sempre buscou responder à pergunta: “com que povo contamos” para seus interesses econômicos. Nesse sentido, o povo sempre participou apenas como um apêndice do processo e até mesmo como massa de manobra, tanto na questão da ocupação da terra e na economia, bem como nas manobras políticas, especialmente em períodos eleitorais. O Estado é o guardião dos mecanismos sustentadores de privilégios para a elite, em detrimento da grande maioria da sociedade.

Diniz Filho (1994) abordando sobre o Brasil num período mais recente, afirma que a centralização imposta pelo governo no período do Estado Novo justificava, acima de tudo, a necessidade da unificação do território para a fluidez da economia capitalista, em vez de explicar os pressupostos de que os regionalismos criados no período da velha república compunham o sentimento de esforço na construção do nacionalismo propagado como bandeira política desse período. A centralização ou unificação do território, então, impôs mais a unificação da unidade da nação brasileira. Assim forja-se, ao longo da história da produção territorial do Brasil voltada para a fluidez da produção capitalista, um território afinado aos interesses do capitalismo sob o pretexto do desenvolvimento econômico e social.

O Estado territorial brasileiro atuou de forma bem estratégica, sobretudo a partir do período do Estado Novo, viabilizando através de um conjunto de políticas territoriais e econômicas, o adensamento da produção capitalista no país.

A mudança de cenário econômico mundial foi o norte dos grandes planos nacionais na década de 1970. Nesse sentido, no primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), (1972 – 1974) e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), (1975 – 1979), contemplam o crescimento econômico e social com o Programa de Integração Nacional (PIN) e as políticas territoriais, procurando expandir a fronteira econômica em direção ao Centro-Oeste e Norte. Pressionado pelo novo contexto global de meados dos anos 70, no II PND, fez-se opção pelos grandes empreendimentos econômicos e monopolistas fomentados por estímulos governamentais de todo o tipo, inclusive investimento em infraestruturas. Nesse contexto nacional, entram em cena programas setoriais especiais, como Programa de Produção para o Cerrado (POLOCENTRO), Programa de Produção para a Amazônia (POLAMAZÔNIA), e Programa de Produção para o Noroeste (POLONOROESTE), basicamente apoiados por órgãos do governo federal como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), Banco da Amazônia (BASA) e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

A questão da situação de Mato Grosso na extensão sul, atualmente Mato Grosso do Sul, como a parte territorial que recebeu o projeto federal de Getúlio Vargas, chamado “Marcha para o Oeste”, nos anos 40, que colonizou grandes áreas, sobretudo na região de Dourados, teve a contrarreação da parte norte do estado. De certa forma, pode-se afirmar o esquecimento sofrido por esta parte, uma vez que não foi atendida como prioridade deste projeto, o que levou o governo estadual do período, Fernando Correia da Costa, a pôr em prática o seu projeto de colonização na área centro-leste (SIQUEIRA, LOURENÇA e CARVALHO, 1990), oficializada pelo IBGE como sudeste mato-grossense após a divisão.

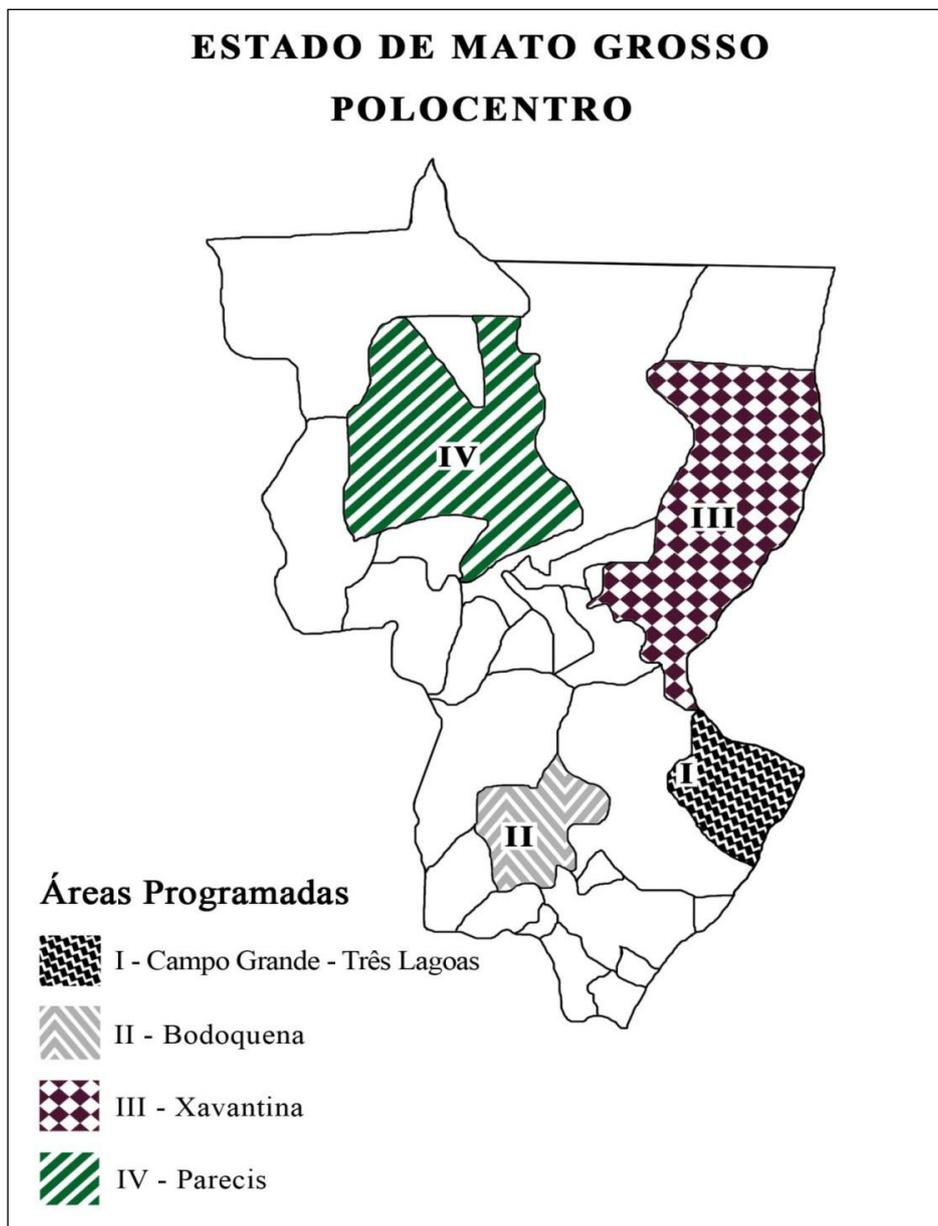
DO CONTEXTO BRASILEIRO ÀS PRÉ-CONDIÇÕES DA SOJA NA REGIÃO DE RONDONÓPOLIS

Os grandes programas referidos no item anterior, atingiram o Mato Grosso sobre vários aspectos e, sem dúvida, o maior deles diz respeito à divisão territorial que internamente impôs a reestruturação e o redirecionamento de prioridades no âmbito da produção econômica campo/cidade. Assim, é oportuno demonstrarmos as quatro áreas prioritárias de Mato Grosso no âmbito do Polocentro destinadas à soja, ainda antes da divisão do estado, os quais são: a área I abrangendo Campo Grande e Três Lagoas; a área II abrangendo a serra da Bodoquena, nas bordas do pantanal mato-grossense; área III mais ao nordeste do estado no período, que abrangia Xavantina e a área IV que abrange o planalto do Parecis. A Figura 1 é ilustrativa do que estamos afirmando.

Nessa conjuntura, como coloca a reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso de 27 de setembro de 1977, sob o título: “Planos Regionais de Desenvolvimento sugeridos à SUDECO” para as regiões de Rondonópolis, Cáceres e sul do estado, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico com investimentos em infraestrutura econômica, social e de crédito agropecuário, no período de 1976, ao serem readequados ou não aplicados na íntegra refletiam o contexto de evidência das crises globais que já eram

princiadas. Houve, na verdade, cautela em efetivar esses planos que seriam retomados visando a implantação após a divisão do estado em 1978.

Segundo a mesma reportagem nas pretensões da SUDECO, no âmbito desses planos, estava a implantação de usinas de beneficiamento de semente nas áreas pioneiras do POLOCENTRO, quais sejam, uma em Barra do Garças e outra em Diamantino, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso (CODEAGRI) e da Comissão Especial de Planejamento Agrícola (CEPA). Vale mencionar o volume de sementes já consumido nesse período, nessas duas regiões, que segundo o superintendente da SUDECO da época, Júlio Laender, era de 200 mil sacas de sementes ao ano.



Fonte: CEPA/MT, Cuiabá (1979). Organização: Silva (2010).

Figura 1. Áreas prioritárias do POLOCENTRO/MT no período de 1975 – 1979 antes da divisão de Mato Grosso.

Na análise desta reportagem devem ser destacados dois aspectos: o que muda na trajetória da cultura da soja em Mato Grosso, considerando as regiões de Barra do Garças e Diamantino, no universo das áreas prioritárias da soja em Mato Grosso, que após a divisão do estado se encarregou de modificar, beneficiando a região de Rondonópolis, bem como a da política urbana a nível nacional que a colocava em pé de igualdade com as cidades médias do país, no que concerne aos recursos em infraestrutura urbana. Neste aspecto, ao compararmos as cidades de Barra do Garças, Cáceres e Rondonópolis na atualidade, somos levados a assumir a prerrogativa da localização privilegiada atribuída a Rondonópolis naquele período da divisão, colocando-a como a principal porta de entrada por terra ao estado.

Para todas essas situações que elencamos, pode-se verificar uma inversão quanto ao norte do estado onde, conforme a figura apresentada dentro das quatro áreas prioritárias do Polocentro, não há indicação sobre as duas regiões mais populosas e consolidadas economicamente, ou seja, Cuiabá e Rondonópolis, situação que conforme as informações, sofre uma redefinição de prioridade com a divisão político/territorial de Mato Grosso, e ganhou fôlego na reta final da divisão ao ser sancionada pelo presidente Ernesto Geisel pela Lei Complementar Nº 31 de 11 de outubro de 1977, conforme o “Diário Oficial” de 19 de outubro de 1977.

Ao verificarmos os números dos investimentos, no âmbito dos subprogramas especiais de que trata a Lei Complementar 31/77, do POLOCENTRO para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alguns aspectos são relevantes e interessantes. Em 1979, da cotação mínima de Cr\$ 2.000 milhões provenientes da União, Cr\$ 1.400 milhões eram para Mato Grosso, cuja proposição da Comissão Especial de Transição da divisão do estado – CEPA alterava para Cr\$ 2.800 milhões e oitocentos mil, sendo Cr\$ 2.000 milhões para Mato Grosso e Cr\$ 800 mil para Mato Grosso do Sul. E ainda: desse montante, Cr\$ 746 milhões com despesas correntes para Mato Grosso e Cr\$ 300 milhões para a implantação do novo estado de Mato Grosso do Sul. Nota-se uma diferença relevante de recursos em favor de Mato Grosso, como se este fosse o estado emergente, o que vem confirmar a situação atípica do processo de divisão política do estado.

No âmbito do POLOCENTRO, é importante observar a diferença numérica dos investimentos: enquanto Mato Grosso investiu Cr\$ 239 milhões no ano de 1979, em armazenamento, transportes, energia, pesquisa e assistência técnica, nesses mesmos segmentos Mato Grosso do Sul investiu Cr\$ 155 milhões.

Em suma, o Programa Especial de Aplicação Financeira para Mato Grosso do Sul em 1979 destinou, nos setores de transportes, energia, saneamento, desenvolvimento rural e apoio à instalação do Estado, um total de Cr\$ 2.064,5 milhões, contrastando com o Programa Especial de aplicações financeiras para o mesmo período em Mato Grosso, de Cr\$ 3.675 milhões em transportes, energia, desenvolvimento urbano, saneamento, habitação, desenvolvimento industrial, desenvolvimento rural, educação, saúde e apoio às despesas de custeio (Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977).

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO atuou em Mato Grosso em sintonia com o governo do estado através do Programa de Desenvolvimento do Mato Grosso - PROMAT, criado em outubro de 1977, dispondo de uma boa soma de recursos no período 1975-1983. O objetivo maior deste programa era promover o

desenvolvimento do Mato Grosso com investimentos em transportes, desenvolvimento urbano e rural na ordem de Cr\$ 28,8 bilhões. No setor do transporte, foram abertos 484 km em estradas e recuperados mais 163 km de outras já construídas; foram construídos 60 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 97 km de rede de distribuição, totalizando recursos no valor de Cr\$ 11,2 bilhões. Nas cidades foram aplicados recursos, destacando-se as obras de ampliação do abastecimento de água e construção de escolas.

Quanto ao setor agrícola, o montante chegou a cerca de Cr\$ 3 bilhões, aplicados na ampliação da capacidade de armazenamento com a construção de 8 armazéns com capacidade estática de 54.800 toneladas, além da assistência técnica e extensão rural que atendeu a 7.858 propriedades.

O setor industrial, foi incrementado com cerca de Cr\$ 4,5 bilhões na dinamização das principais cidades do estado, como Rondonópolis, Cuiabá, Cáceres e Barra do Garças, já considerando que o novo mapa do estado inauguraria o caminho para as primeiras instalações agroindustriais dessas cidades polos.

Dentro das medidas de intervenção na economia, o PROMAT foi o programa cujo objetivo maior era dotar o espaço do território mato-grossense das condições básicas de infraestrutura, para alavancar sua economia. Tais estratégias priorizavam o eixo Cuiabá-Rondonópolis, como áreas mais urbanizadas e principais e, em segundo plano, outros eixos, como as rodovias BR 163 (norte do estado) e BR 158 (vale do Araguaia leste do estado), portanto menos urbanizadas.

Além do transporte e energia, os recursos contemplaram o setor social na construção e ampliação de escolas, centros de saúde e saneamento básico, construção de prédios públicos como fóruns e unidades de segurança.

O setor das telecomunicações também recebeu investimentos. Destacava-se o programa especial de TV para a área de influência do eixo Rondonópolis-Cuiabá, num total de recursos da ordem de Cr\$ 63.840,85 milhões.

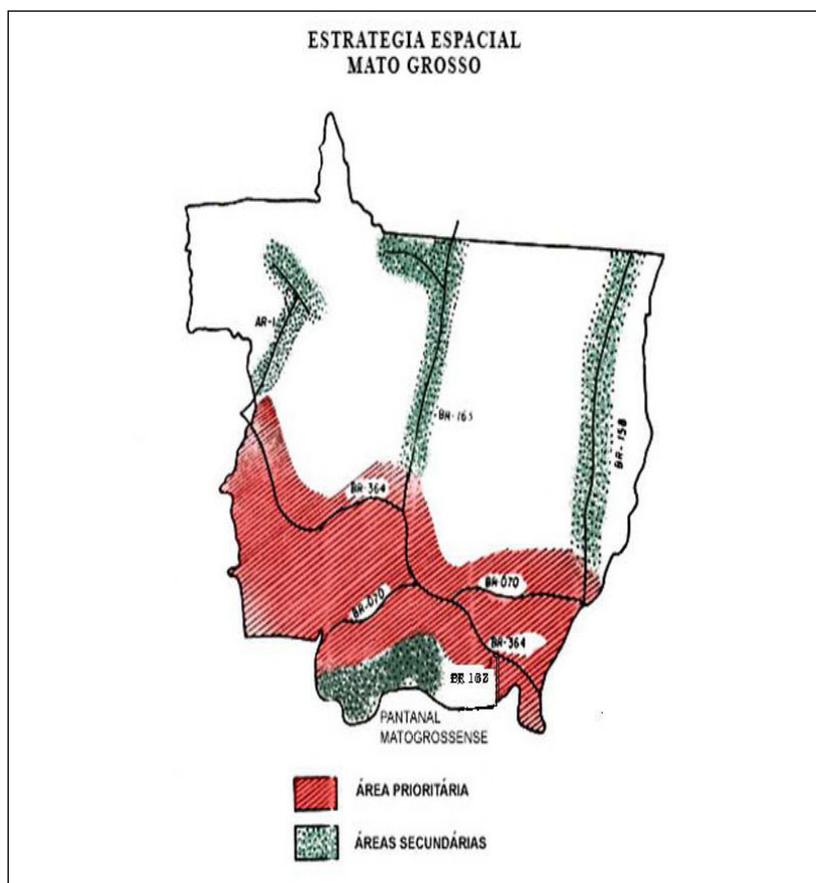
Nas ações desenvolvidas no âmbito do POLOCENTRO, dentro das metas do PROMAT, deve-se considerar a área do cerrado mato-grossense, que estava inserida nas metas básicas desse programa, ou seja, as regiões de Mato Grosso (Xavantinas e Parecis que já faziam parte do POLOCENTRO desde o início de 1970 como áreas prioritárias, e o eixo Rondonópolis-Cuiabá, como áreas secundárias). Ali se desenvolveram projetos dos subprogramas, contemplando investimentos em unidades de armazenamento, com capacidade para 24 mil toneladas; em 275 km de rede de eletrificação rural e linhas de transmissão de energia; em 319 km de estradas tronco e vicinais; em construção de usinas termelétricas; em aperfeiçoamento e difusão de técnicas agrícolas, num total de Cr\$ 14,4 bilhões.

O governo do estado investiu também no setor da pesquisa agropecuária sob o comando da Companhia de Desenvolvimento Agrícola – CODEAGRI. As primeiras iniciativas foram no sentido da implantação do projeto de produção e beneficiamento de sementes de arroz, algodão, soja, milho e feijão, chegando a Cr\$ 34 milhões. Com esse projeto, o estado atenderia cerca de 60% da demanda de sementes no período 1978-1983. Conseqüentemente, tendo maior êxito, a produção de sementes de arroz atingiu 96 toneladas nesse período. Entre as áreas privilegiadas do projeto estava a região de Rondonópolis.

Dentre as ações do governo direcionadas especificamente à modernização agrícola focada no cerrado, a região de Rondonópolis, incluída na quantidade de um milhão de hectares de cerrado em Mato Grosso, conforme mostra a reportagem do jornal “O Estado de Mato Grosso”, de 17 de abril de 1977, sob a operacionalização de 92 tratores de esteira, está a “quebra do cerrado” ou desmatamento, que começaria pela região de Rondonópolis como forma de apoio aos produtores.

Como se pode observar, o direcionamento das políticas para Mato Grosso, sobretudo a partir da divisão, para promover o território e a economia, sofre um desvio. O que havia sido determinado no âmbito do POLOCENTRO, como área prioritária e secundária agora se inverte. Sobressai como prioridade para alavancar o estado o eixo Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Cáceres. Mas o que realmente nos interessa destacar é a importância que passa a ser dada à região do entorno de Rondonópolis, nesse contexto iniciando-se um novo caráter ao processo de introdução da soja.

A Figura 2 demonstra o novo contexto de mudança demonstrando as áreas prioritárias, marcadas em vermelho do eixo de urbanização Rondonópolis-Cuiabá tornando área alavancadora da soja e a partir de então, ou seja, a base urbana de promoção direta ao desenvolvimento da soja no cerrado mato-grossense em sua introdução, consolidação e diversificação em periodizações sucessivas.



Fonte: SUDECO/MT (1979). Organização: Silva (2010).

Figura 2. Áreas primárias e secundárias do PROMAT/período 1979 – 1982.

Silva (1996) afirma que o POLOCENTRO na região de Rondonópolis foi introduzido no ano de 1979, nas áreas de Jaciara, Dom Aquino, Barão de Melgaço e Rondonópolis, propriamente dito, possibilitando o cultivo de maiores áreas, bem como a ampliação e melhoramento de rodovias, e desenvolvimento da pecuária. Lembra ainda que o desmembramento do estado veio num contexto sociopolítico fundado na noção dos “espaços vazios”. Neste sentido, o governo preocupou-se com as infraestruturas físicas do território, como a viária, rede de energia e sanitária, em função da extensão do território remanescente, o qual significava uma enorme fronteira agrícola e uma incipiente industrialização. Vale considerar que, embora a Primavera do leste estivesse a priori inserida na região da Nova Xavantina, foi somente com o impulso propiciado por Rondonópolis que a soja ali deslançou.

Pode-se afirmar que o Estado participou, com isso, de forma direta do (re) direcionamento tanto na introdução da soja como no seu desenvolvimento, priorizando o sudeste mato-grossense, contribuindo, portanto, de forma decisiva, para mudar as metas iniciais traçadas pelo POLOCENTRO para a soja no estado.

Como verificamos até aqui, o fator político territorial deve ser considerado de suma importância na redefinição das áreas introdutoras da soja, levando muito mais em consideração os aspectos da herança territorial, ocupação humana e vocação agropecuária, associados à atribuição de localização espacial conferida à cidade de Rondonópolis como base de gestão, e menos aos aspectos físico/naturais.

Os registros do Governo de Mato Grosso, da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso - SEPLAM (1976), em parceria com o governo federal, contemplam uma gama de projetos e ações no sentido da produção territorial urbana de Rondonópolis, em vista do momento de modernização agrária e agrícola. A cidade confirmava sua reputação de polo, recebendo, naquele período, consideráveis levas migratórias, com uma população urbana que chegava a mais de 40 mil habitantes na área urbana, atingindo o índice de 18% de crescimento ao ano, na década de 1970. Possuía, portanto, o maior índice registrado no estado, no período, garantindo já naquele momento a posição de segundo núcleo urbano em importância no norte de Mato Grosso, antes da divisão. O referido documento coloca Rondonópolis em posição polarizadora no conjunto regional de 10 municípios, fazendo referência à produção agropecuária, colocando a região como detentora de terras de boa qualidade, no conjunto da bacia do vale do rio São Lourenço, a qual deveria ser incluída como área no processo produtivo do POLOCENTRO.

No Plano urbano, em face do rápido crescimento que se registrava na cidade e a falta de controle deste, a prefeitura municipal já se antecipava para a produção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Desse modo, a prefeitura teria em mãos um programa de obras prioritárias e um levantamento das reais necessidades da cidade, bastando, para o seu controle, a legislação pertinente. Portanto, um marco no urbanismo de Rondonópolis.

No setor da agroindústria, a referência à instalação de um frigorífico pelo Programa de Produção para o Oeste Brasileiro (PRODOESTE) evidenciava desde então a força da pecuária bovina, que oferecia produção em escala viável à instalação da indústria

frigorífica. Também havia sido doada, pelo governo do estado, a área de localização do primeiro Distrito Industrial. Nesse aspecto, lembramos que atualmente já se inaugurou o terceiro Distrito Industrial da cidade.

As palavras de Afonso Dalbert são fundamentais para confirmarmos Rondonópolis na base do processo de modernização agrária contemplada a partir das pré-condições da soja. Porém, é importante termos cautela com o discurso de exaltação das áreas modernizadas que contagiam as cidades de seu entorno, tendo-as como apêndices de sua ordem modernizadora, caracterizando um fenômeno que se manifesta de fora para dentro, do global para o local.

Como fecho, para uma rápida teorização sobre Rondonópolis, vale considerar também que, no âmbito das grandes políticas nacionais e estaduais da década de 1970, as cidades foram inseridas como bases de impulso para que o campo fosse integrado economicamente, como numa forma de atração da população e promoção do esvaziamento do campo, para os interesses dos agentes hegemônicos do setor da agroindústria. Ou seja, o campo ficaria livre das pressões demográficas para a fluidez do capital. Nesse sentido, o cerrado mato-grossense era colocado como ambiente excepcional pelo seu “vazio demográfico”. Preferimos afirmar que o cerrado oferecia pouca resistência por parte das populações nativas, como os Xavantes na região de Primavera do Leste, mas também pelo contexto histórico do Brasil, que naquele momento era içado à condição que deveria chagar à posição de 8ª potência do mundo até o ano 2000.

Como a palavra de ordem era modernização, as cidades receberam incrementos de ordem tecnológica organizacional e infraestrutural. Esse aparato todo teve sua maior razão de criação no caso das novas áreas de modernização agrária. Nessas cidades, foi criada uma malha de duplo controle técnico e político, compreendendo os vários tipos de redes, ou seja, viária, urbana, comunicações, informação, institucional, bancária entre outras, no sentido de produzir o território enquanto um espaço de valorização articulada e descontínua.

Configurava-se assim a formação de uma rede nacional de urbanização visando a sustentação do crescimento industrial, atribuindo aos núcleos urbanos um novo papel, sendo este, o de serem locais que assegurariam a intensificação da mobilidade do capital e da força de trabalho. E, ainda, como locais das instituições estatais e da difusão da informação controlada, ficando com isso evidente um conjunto de estratégias para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa conclusão iniciamos ratificando nossa hipótese maior, cuja é, que qualquer espaço territorial que é inserido na atual globalização, não tem como ficar imune à herança política, técnica econômica e cultural, e a qual responderá pelos sucessivos desdobramentos na estrutura socioespacial local.

Considerando tal afirmação ratificamos os desdobramentos político/econômicos e geográficos que uma vez atribuídos a Mato Grosso impactaram em melhor e maior grau a região de Rondonópolis, sobretudo politicamente, uma vez que, com a divisão de Mato

Grosso, esta região e cidade são colocadas numa posição privilegiada sendo portal de entrada para os dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, considerando as duas BRs: 163 e 364, a primeira acessando o sudeste e sul brasileiros e a segunda acessando o estado de Goiás.

Por certo os aspectos: político e local foram fundamentais para mudar a situação inicial em relação às áreas prioritárias da soja estabelecidas no início da década de 1970, para a área do entorno de Rondonópolis, cuja cidade colocada em posição de destaque no cerrado mato-grossense, foi incrementada em seu espaço físico urbano reunindo um bom aparato infraestrutural e institucional compreendendo em termos de pavimentação, telecomunicação, armazenamento, cooperativas e pesquisa, parque industrial, energia, bancos oficiais, ou seja, entre as maiores cidades do estado, Rondonópolis foi a que melhor se adaptou à implantação da soja, uma vez que esta monocultura necessita de boas bases urbanas para seu êxito.

Isto vai um pouco no sentido contrário às afirmações de que as novas áreas de mecanização do campo prescindem da cidade, pois as criam concomitantemente à modernização do campo, gerando as chamadas cidades agrícolas. O que existe isso sim, é que nas áreas de modernização do campo quase sempre há o apoio de alguma cidade já consolidada, a partir destas outras são criadas em novos moldes. Isso foi o que aconteceu na região de Rondonópolis, que juntamente com a implantação da soja algumas cidades foram criadas à sua imagem e semelhança. São os casos de Primavera do Leste e Campo Verde.

Concluimos, afirmando que em Mato Grosso a cidade de Rondonópolis marca assim o processo de modernização agrária na nova concepção das relações campo – cidade, a partir da década de 1970, período com base no qual não só a região do entorno desta cidade, mas todo o cerrado mato-grossense passa a ser impactado pela economia sojifera, cujos desdobramentos chegam ao momento atual na consolidação do complexo agroindustrial.

Vale lembrar que a economia sojifera gerou os seus “contrários”, como a luta pela terra e reforma agrária cujos impactos assimilados pela cidade, têm feito desta, palco privilegiado das manifestações, demandando na produção de uma periferia desassistida pelo Estado. Como num ato de compensação às mazelas sofridas pelas populações camponesas vale citar o Programa “Minha casa, minha vida” que veio para atenuar de forma emergencial e camuflar a real situação do conflito no campo, oferecendo a casa própria como se fosse a solução de todos os problemas das famílias que, em muitos casos, se identificam muito mais com o campo que a cidade. Entendemos que ao invés de “Minha casa, minha vida” pudessem os camponeses urbanos usufruir de algum programa como: “minha terra, minha vida”, considerando que apenas uma minúscula residência jamais proverá o sustento de qualquer família. Assim, a ordem do conflito capitalista que se apropria de forma eficiente das desigualdades de uma sociedade de classes tenderá a se reproduzir de forma ampliada no bojo da própria reprodução ampliada da economia sojifera, a qual atualmente, se expressa nos complexos agroindustriais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Apropriação do território** no Brasil Colonial: In. Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs) **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197- 245.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidade do Brasil Colonial (Ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Terra Livre**, São Paulo, nº 10, p. 23-78, janeiro-julho, 1992.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 1993
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo Geografia e Meio Ambiente**. Tese inédita para concurso de obtenção de título de Livre Docente. Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, Março de 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato grosso: Políticas e Mecanismos de Burla – 1892 – 1992**. Cuiabá-MT. Entrelinhas: Ed/UFMT, 2007.
- PLANOS, Regionais de Desenvolvimento Sugeridos à SUDECO**. O Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 22 de setembro (quinta feira) Ano XXXIX - nº 7.760, 1977.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (Uma visão histórica – 1892 – 1977)**. EdUFMT. Cuiabá, 1996.
- SUZUKI, Júlio César. **Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FACALDE, Ivanira. **Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 2 – 23.
- SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: Transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA (UNESP)**, (10): 134-150, janeiro-junho, 2007. (www4.fct.unesp.br/nera/telas/revistanera.htm)